Insper
Ciências Econômicas

Maria Luiza Cardoso Tortorella

Alinhamento estratégico de bancos de desenvolvimento da América Latina à Agenda 2030: um olhar para o Mercosul

São Paulo

2025

Maria Luiza Cardoso Tortorella

Alinhamento estratégico de bancos de desenvolvimento da América Latina à Agenda 2030: um olhar para o Mercosul

TCC apresentado ao programa de Graduação em Ciências Econômicas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel Economia do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Vinícius de Bragança Müller e Oliveira

São Paulo

2025

Tortorella, Maria Luiza Cardoso

Alinhamento estratégico de bancos de desenvolvimento da América Latina à Agenda 2030: um olhar para o Mercosul.

Maria Luiza Cardoso Tortorella – **São Paulo**, 2025.

47 f.

Conclusão de curso – **Insper**, 2025

Orientador: Vinícius de Bragança Müller e Oliveira

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Bancos de desenvolvimento. 4. Mercosul. **I. Maria Luiza Cardoso Tortorella. II. Alinhamento estratégico de bancos de desenvolvimento da América Latina à Agenda 2030**

Maria Luiza Cardoso Tortorella

Alinhamento estratégico de bancos de desenvolvimento da América Latina à Agenda 2030: um olhar para o Mercosul

TCC apresentado ao programa de Graduação em Ciências Econômicas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel Economia do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

Orientador: Vinícius de Bragança Müller e Oliveira

Banca Examinadora

_____

Professor Vinícius de Bragança Müller e Oliveira
Insper

_____

Professora Nathalia Ramajo Esteves
Insper

Yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo.

José Ortega y Gasset (1914)

Resumo

Parte do desafio da implementação da Agenda 2030 está associada ao financiamento das iniciativas que visam o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Diante disso, o presente trabalho estudou se três dos bancos de desenvolvimento que atuam dentro da região do Mercosul possuem estratégias de atuação alinhadas ao plano de ação da Agenda 2030, analisando seus Relatórios Anuais e de Sustentabilidade. Em paralelo, foi analisado se tais bancos possuem estratégias de atuação visando solucionar os desafios regionais enfrentados pela região do Mercosul. Dentre os bancos escolhidos, tem-se: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Assim como em Drummond (2020), verificou-se que o volume de aprovações anuais dos bancos não tem uma relação direta com a importância que estes creditam à Agenda 2030 em seu planejamento estratégico, visto que não é apenas o volume e quantidade de aprovações que têm sido métricas importantes para os gestores, que têm se preocupado, também, com medidas de impacto. Enquanto BID e CAF apresentaram maior aderência de suas estratégias à Agenda 2030, o FONPLATA vem ampliando seus esforços, apesar das maiores restrições de escala.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Agenda 2030; Bancos de desenvolvimento; Mercosul.

Abstract

There is a gap in studies regarding the challenge in implementing Agenda 2030 being associated with financing initiatives aimed at achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). Considering the gap, this study examined whether three development banks operating within the Mercosur region have action strategies aligned with the 2030 Agenda. The work was done by analyzing their Annual and Sustainability Reports. Additionally, it was analyzed whether these banks have strategies aimed at addressing the regional challenges faced by the Mercosur region. The selected banks were the Inter-American Development Bank (IDB), the Development Bank of Latin America (CAF), and the Financial Fund for the Development of the La Plata Basin (FONPLATA). As observed in Drummond (2020), it was found that the volume of annual approvals by each of the banks does not have a direct relationship with the importance they attribute to Agenda 2030 in their strategic planning. This is because the important metrics for each manager goes beyond the volume and number of approvals, there has been special concern regarding impact measurement. While IDB and CAF demonstrated greater alignment of their strategies with Agenda 2030, FONPLATA has been expanding its efforts despite greater scale limitations.

Keyword: Sustainable Development; 2030 Agenda; Development Banks; Mercosur.

Lista de Ilustrações e Tabelas

Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio..... 4
Figura 2 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... 5
Figura 3 - Categorias de bancos ou instituições de desenvolvimento por propriedade..... 10
Gráfico 1 - Carteira ativa de projetos (milhões USD) por país membro.....16
Gráfico 2 - Número de projetos por ano em cada um dos países membro.....16
Gráfico 3 - Aprovações totais (em milhões de US$).....21
Tabela 1 - Carteira Consolidada por País (em milhões de US$).....;.....21
Gráfico 4 - Evolução de aprovações e desembolsos (em milhões de US$).....25

Lista de Siglas

CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

BD – Bancos de Desenvolvimento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BMD – Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

BND – Bancos Nacionais de Desenvolvimento

BPD – Bancos Públicos de Desenvolvimento

BRD – Bancos Regionais de Desenvolvimento

FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

GRI – *Global Reporting Initiative*

ICMA – Associação Internacional de Mercados de Capital

LEO – *Latin American Economic Outlook*

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEI – Plano Estratégico Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

QDS – Quadro de Dívida Sustentável

RARODS – Reunião de Altas Autoridades Responsáveis pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SASB – *Sustainability Accounting Standards Board*

TCFD – Task Force on Climate-related Financial Disclosures

Sumário

1. Introdução 11

2. Revisão de Literatura 14

2.1. Desenvolvimento Sustentável.....14

2.2. Agenda 2030 e os ODS no contexto dos países membros do MERCOSUL15

2.3. Financiamento do desenvolvimento sustentável: Bancos de desenvolvimento vis à vis Agenda 2030.....17

3. Metodologia 22

4. Resultados.....24

4.1. Resultados Esperados 24

4.2. Análise dos bancos de desenvolvimento 24

5. Conclusões 40

6. Referências bibliográficas 43

1. Introdução

Nos últimos anos, a região que contempla os países membros do Mercosul, isto é, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, passou por um aumento da frequência e da intensidade de emergências ambientais, sociais e político-econômicas. Em paralelo, tais crises estão ocorrendo em um contexto de baixo crescimento na região, o que se reflete em uma década de estagnação (Santiago, 2024). Ainda segundo Santiago, no entanto, é justamente nos tempos de "crises em cascata" que surgem oportunidades de aumentar o crescimento e a inovação, de criar empregos e, também, de integrar melhor os países da região na economia global.

Em 2009, o ex-Diretor do Centro de Resiliência de Estocolmo, Rockström, e 28 cientistas propuseram o conceito de "Limites Planetários", ou melhor, os limites operacionais seguros para a humanidade continuar a prosperar. Caso tais limites sejam superados, entende-se que as chances de mudanças ambientais catastróficas e potencialmente irreversíveis seriam maiores, tal qual os impactos decorrentes. Neste contexto, surgem modelos bem como "*Doughnut Economics*", de Kate Raworth, que propõe uma maneira de pensar a economia transcendendo o olhar estrito de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A medida em que a borda externa da "rosquinha" representa os limites planetários de Rockström, um equilíbrio sustentável seria encontrado dentro do "anel", de forma que as necessidades humanas básicas sejam atendidas sem ultrapassar os limites ecológicos do planeta.

Tendo em vista a urgência de equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a Agenda 2030, um convite à ação para o desenvolvimento sustentável (Freitas, 2021). Assim, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e suas 169 metas representam uma linguagem universal que visa direcionar as contribuições de cada setor da sociedade em prol dessa agenda, de forma holística, e com múltiplos atores. Diante da magnitude dos investimentos necessários para concretizar a Agenda 2030, entende-se que instituições primordiais são os bancos de desenvolvimento, já que sua estrutura lhes permite garantir que os modos de consumo e produção sejam compatíveis com o crescimento sustentável e que o sucesso da economia não seja medido apenas em termos de crescimento do PIB, mas também de resultados positivos para as pessoas (Freitas, 2021), o que vai em linha com a tese do modelo da "rosquinha" de Raworth.

Nesse sentido, faz-se necessário entender que uma transição verde eficaz na América Latina e no Caribe é um assunto de extrema urgência e de suma relevância e que, inclusive, transcende questões ambientais. A transição poderia adicionar 10,5% mais novos empregos na região da América Latina e no Caribe até 2030, segundo o relatório *Latin American Economic*

Outlook (LEO) 2022: Towards a green and just transition, além de que ajudaria a reduzir a emissão de gases do efeito estufa e dar competitividade, no caso do Brasil (BARROS et al., 2020). Guillermo Montt, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda aponta na preparação do relatório de 2018 da OIT que na América Latina e no Caribe, até 2030, pelo menos 1 milhão de empregos serão gerados como resultado do uso de energias renováveis, da maior eficiência energética em imóveis e da maior demanda por carros elétricos e outras tecnologias de mudança no padrão de consumo para combater as mudanças climáticas. Em uma região em que 75 milhões de pessoas trabalham em setores que podem ser afetados por mudanças climáticas, poluição e sobre-exploração, a transição para a sustentabilidade torna-se uma pauta que necessita não apenas atenção, mas também, ação.

Outrossim, vale ressaltar que o desenvolvimento sustentável amplia as vantagens do Brasil, que tem grande oferta de recursos naturais e condições de atender a demanda dos consumidores preocupados com a conservação ambiental. Além disso, a transição verde permite atrair recursos de investidores sensíveis aos riscos climáticos e a seu impacto nos investimentos (Freitas, Isabela 2021). Em consonância com essa perspectiva, podemos estender tal raciocínio aos países membros do Mercosul supracitados. Isso porque, os países do Mercosul possuem importantes recursos naturais, com biodiversidade diversa, abundância de água superficial e subterrânea, minerais e fontes de energia presentes em locais específicos da região (Bressan e Garcia, 2023). Diante do reconhecimento de que a riqueza natural não mede fronteiras, é natural que se conclua que iniciativas regionais são fundamentais, estabelecendo uma interdependência entre os estados-nação, de forma que a adoção de uma política regional comum e a criação de condições para o desenvolvimento da governança ambiental no Mercosul se tornam essenciais para a proteção e segurança efetiva desses recursos.

A pauta de desenvolvimento sustentável e meio ambiente nos Estados-membros do Mercosul, entretanto, não é novidade. O Tratado de Assunção, de 1991, menciona o uso eficiente dos recursos disponíveis e a preservação ambiental, no entanto, foi apenas em 2018 que houve a incorporação formal dos ODS e da Agenda 2030 na estrutura do bloco econômico, como iniciativa da Presidência Pro Tempore do Uruguai. Na ocasião, foi proposta a criação de um órgão dentro da estrutura institucional, vinculado à Agenda 2030 e aos ODS, denominado "Reunião de Altas Autoridades Responsáveis pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RARODS)". A partir deste momento, questões relacionadas aos ODS nas esferas social, econômica e ambiental ganharam espaço em diferentes fóruns do Mercosul. Baseado nos ODS, o trabalho da RARODS tem sido fundamental para impulsionar diferentes instâncias de

integração e avançar na implementação da Agenda 2030 (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai 2019; Luciano et al. 2023).

O presente estudo pretende verificar os níveis de alinhamento dos bancos regionais de desenvolvimento do Mercosul vis-à-vis suas estratégias de atuação à luz da Agenda 2030. Acredita-se que, quanto mais ações harmônicas, mencionando uma abordagem colaborativa, maiores as chances de se atingir as ambiciosas e necessárias metas da Agenda 2030 como bloco. Outrossim, quanto mais robusto o volume de aprovações anuais de projetos de um banco, maior seria o seu interesse e a sua capacidade de apoiar os países da região no alcance dos ODS. Para tanto, será do interesse do presente estudo encontrar uma correlação entre o volume anual de aprovações de projetos do banco e o engajamento no alcance dos ODS dentro da região dos países membros do bloco econômico.

2. Revisão de Literatura

2.1. Desenvolvimento Sustentável

Por muito tempo, foi natural que, ao se falar em desenvolvimento, se tivesse em mente um discurso de indicadores econômicos e de produtividade. No entanto, passamos por um ponto de virada, afastando-nos do foco em metas de crescimento econômico e consumo, em direção à valorização institucional do desenvolvimento humano: saúde, educação e a possibilidade de aprimoramento das experiências de vida (McMichael, 2017). Intrinsecamente associado a essa mudança de paradigma, tem-se que o mundo atual enfrenta uma convergência de crises sem precedentes – de ordem social, econômica e climática – acentuadas pela crise sanitária causada pela Covid-19 (Freitas, Isabela 2021), que reforçam a relevância do discurso contemporâneo acerca de desenvolvimento. Nesse escopo, é imprescindível olhar para o conceito de desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva histórica.

No que diz respeito à origem oficial do conceito de desenvolvimento sustentável e o envolvimento das nações com o tema, é necessário pensar na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972 em Estocolmo. Segundo Freitas, 2021, em Estocolmo, enquanto os países desenvolvidos demonstraram preocupação com a crescente degradação ambiental e postura a favor da preservação do meio ambiente, os países em desenvolvimento estavam preocupados em não sofrer sanções à exportação de seus produtos e restrições ao seu desenvolvimento e, nesse sentido, defendiam a erradicação da pobreza. Bressan e Garcia apontam que, nesse contexto, na América Latina, a maioria das elites políticas e econômicas acreditavam que políticas ambientais eram obstáculos ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, e a prioridade dos investimentos públicos e privados era voltada para o crescimento econômico às custas dos recursos naturais e da biodiversidade. Apesar das diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a Conferência é vista como um marco para o regime ambiental internacional, incentivando o compromisso dos países em criar normas e políticas ambientais.

Ainda sob uma perspectiva histórica, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, ou melhor, Cúpula da Terra ou ECO-92, que o termo "ecologia" foi difundido, atraindo a atenção da mídia e dos mais diversos agentes da sociedade. Outrossim, foi instituída a Agenda 21, um comprometimento de diversas frentes voltadas à ação local, que, por sua vez, colocou em pauta temas para a transição para o desenvolvimento sustentável. Bressan e Garcia apontam que, nesse momento da história, em paralelo à ECO-92,

é que houve a superação de rivalidades na Bacia do Prata, especialmente entre Brasil e Argentina, potências do subcontinente, que convergiram em torno de projetos de cooperação bilateral durante o período de redemocratização. Tais potências reconheceram que seus vizinhos – Paraguai e Uruguai – historicamente, se encontravam em condições desfavoráveis, mas que havia espaço para trabalharem juntos para enfrentar desafios comuns, incluindo a resolução de questões ambientais, culminando na formação do Mercosul.

Na virada do século, em 2000, líderes mundiais estruturaram oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM), que estabeleciam uma mobilização global em torno de prioridades sociais a serem alcançadas até 2015 (Figura 1). Os compromissos, por sua vez, englobavam desde o fim da pobreza humana, até a busca pela paz, segurança, democracia e direitos humanos como prioridades para o novo milênio. No entanto, os ODM já nasceram com muitos desafios, à exemplo de objetivos desconectados dos debates de políticas nacionais e globais para o desenvolvimento (FUKUDA-PARR, 2016) e, não é de surpreender, que em 2015, ainda existiam lacunas para avançar em desenvolvimento social. Ademais, a intensificação dos debates sobre mudanças climáticas e outros problemas ambientais, trouxeram novas pressões por metas ambientais mais ambiciosas, em paralelo aos objetivos de redução da pobreza (Freitas, 2021).

Figura 1 - Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: ODM Brasil, portal gov.br

2.2. Agenda 2030 e os ODS no contexto dos países membros do MERCOSUL

Diante dos resultados dos ODM estarem aquém da urgência de transformar o paradigma dominante de desenvolvimento que, tal como apontado, passou por um ponto de virada à medida em que se estabeleceram padrões insustentáveis de produção e consumo, é que surge a Agenda 2030. A ideia aqui, era traçar um plano verdadeiramente global, que dialogasse com os

discursos das nações em diferentes níveis de desenvolvimento. A Agenda 2030 consiste em um plano integrado, direcionado à 193 Estados Signatários, incluindo tanto governos subnacionais (províncias, distritos ou municípios), quanto atores econômicos e sociais (empresas, instituições, sociedade civil, famílias e indivíduos), para implementar conjuntamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em níveis nacional, regional e local (Nações Unidas 2023), incentivando mudanças de comportamento e cumprimento de objetivos transformadores por todos os países, e não apenas pelos menos favorecidos (FUKUDA-PARR; MCNEILL, 2019). Em suma, o objetivo seria um alcance holístico de desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental (SACHS, 2015). Para tal, foram estabelecidos 17 ODS, renovando e ampliando os compromissos a serem assumidos (Figura 2).

Figura 2 - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: GT agenda 2030 (2024)

Durante todo o processo de discussão e formulação dos ODS, os países em desenvolvimento (G77 + China) passaram a se posicionar em bloco (Drummond, 2020). Nesse momento, houve um movimento para defender que os países em desenvolvimento precisavam promover seu desenvolvimento econômico, e que a pobreza não era a fonte, mas sim o resultado de um processo de destruição ambiental. Sendo assim, durante o debate, advogaram por um cenário econômico favorável ao desenvolvimento desses atores, bem como por mudanças no padrão de alto consumo dos países desenvolvidos, que, por sua vez, provocavam grandes impactos ambientais (FUKUDA-PARR; MUCHHALA, 2020).

Nesse sentido, muito se fala sobre a visão holística para a implementação da Agenda 2030 e dos ODS e, por isso, é necessário entender até que ponto a Agenda 2030 e os ODS foram abordados e incorporados no Mercosul. Bressan e Garcia, em 2023, contribuem para a literatura com alguns pontos relevantes. O artigo destaca a importância do Mercosul como um *locus* de governança ambiental, propondo a harmonização das regras e regulamentações ambientais

entre os países membros. Harmonização essa que seria fundamental no que diz respeito à garantia de práticas ambientais semelhantes e para reduzir o risco de degradação ambiental, devido às disparidades nas regulamentações. Além disso, os autores sugerem uma colaboração mais intensa entre os países membros em questões ambientais transfronteiriças, como gestão da água, conservação da biodiversidade e medidas contra o desmatamento. Também propõe a criação de mecanismos para prevenir e responder a desastres naturais, algo que tem se mostrado cada vez mais frequente e urgente, bem como o compartilhamento de tecnologias e conhecimentos sustentáveis para promover práticas econômicas e sociais responsáveis. Bressan e Garcia enfatizam a necessidade de uma abordagem colaborativa e tecnologicamente avançada para enfrentar os desafios ambientais na região.

Fato é, mesmo com a ONU promovendo novos ODS para substituir os ODM de 2000, não há um entendimento único sobre os passos necessários para atingir o desenvolvimento sustentável (McMichael, 2017). Sob certas condições, como o respeito ao princípio de "Não Deixar Ninguém para Trás" e o caráter integrado (Hege e Barchiche 2019), a Agenda 2030 pode ser considerada uma agenda transformadora. Em contrapartida, por sua natureza integrada e indivisível, se faz necessário desenvolver uma visão clara do que contribui ou não para os ODS e evitar que os ODS se tornem vítimas de um jogo excessivamente vago de interpretação, no qual todos possam participar sem questionar o impacto real de suas ações (Riaño, Boutaybi, Barchiche e Treyer, 2022). Para além dos blocos econômicos, tal como o Mercosul, os Bancos Públicos de Desenvolvimento (BPDs) podem desempenhar um papel crucial nesse aspecto.

2.3. Financiamento do desenvolvimento sustentável: Bancos de desenvolvimento vis à vis Agenda 2030

Uma vez entendido o conceito de desenvolvimento sustentável em uma perspectiva histórica que coloca em evidência a relevância da Agenda 2030, com ênfase no potencial dos blocos econômicos no que diz respeito à abordagem holística para implementação da agenda nos países membros do Mercosul, é natural que se pergunte quem estaria por trás do financiamento de um projeto tão amplo. Segundo a CEPAL, estudos variam consideravelmente em suas estimativas do custo de adaptação até 2030 e, geralmente, não são comparáveis por causa de discrepâncias na definição de adaptação, regiões geográficas e setores considerados, horizonte temporal das análises e enfoque metodológico (Galindo e outros, 2014; Agrawala e Fankhauser, 2008; Stern, 2006) e, obviamente, isso afeta as estimativas do financiamento global, regional e nacional necessário para adaptação e resiliência (Santiago, 2024).

Santiago aponta que, na América Latina e no Caribe, para o cumprimento dos compromissos da ação climática, seria necessário um investimento acumulado entre US$ 2,1 trilhões e US$ 2,8 trilhões no período de 2023 a 2030, equivalente a um investimento médio anual de 3,7% a 4,9% do PIB regional (entre US$ 215 bilhões e US$ 284 bilhões). Para ações de mitigação, por sua vez, o investimento necessário seria equivalente a 2,3% a 3,1% do PIB anual da região. No caso do investimento para a adaptação, isto é, prevenção da pobreza, proteção de áreas costeiras, serviços de água e saneamento, entre outros, é estimado em 1,4% a 1,8% do PIB anual da região.

A pergunta acerca de onde virá o financiamento, no entanto, não é nova. Há uma década, em 2015, essa discussão foi iniciada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, promovida pela ONU. O resultado foi a Agenda de Ação de Adis Abeba, uma tentativa de alinhamento dos fluxos de financiamento às prioridades estabelecidas na Agenda 2030. Uma das grandes áreas atuantes seriam os recursos públicos domésticos, que abrangem a necessidade de atuação dos bancos de desenvolvimento nacionais e regionais para mobilizar recursos financeiros necessários à implementação efetiva dos ODS.

Aqui, destaca-se, também, que, enquanto os maiores desafios ao atingimento dos ODS nos países ricos estão na definição de políticas e na divisão ideal de parcelas de rendimentos públicos e privados que devem ser reservados para esses objetivos, nos países de baixa renda, as maiores restrições seriam de ordem orçamentária (SACHS, 2015). Segundo o autor, um dos passos primordiais para alcançar o chamado desenvolvimento sustentável, seria identificar, portanto, lacunas de financiamento, bem como os meios institucionais pelos quais esse financiamento possa ser disponibilizado. Por isso, análises de custos para cada país e em escala global poderiam dar às instituições globais os dados para se promover um financiamento para cobertura universal de intervenções relacionadas aos ODS (Drummond, 2020).

Drummond ainda estima que, a fim de alcançar os ODS, seriam necessários investimentos de cerca de USD 1,3 trilhão em países de renda baixa e média-baixa, o que corresponde a 11% do PIB desses países. Desse montante, a autora reforça que apenas metade poderia ser executada com financiamento privado e que, uma vez descontados esses financiamentos e os recursos domésticos que estes países conseguem disponibilizar, restaria ainda uma lacuna de cerca de USD 133 bilhões a USD 161 bilhões que precisaria de cobertura de financiamento público internacional. Nesse sentido, a autora conclui que o financiamento público concessional internacional é a modalidade mais valiosa para países em desenvolvimento, uma vez que é a que exige menos contrapartidas e tem potencialmente maior flexibilidade na aplicação dos recursos (KHARAS; PRIZZON; ROGERSON, 2014). Como

grandes financiadores públicos internacionais, instituições como os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e os bancos regionais de desenvolvimento (BRDs) poderiam ser agentes importantes na solução das lacunas de financiamento.

Em consonância com essa perspectiva, está o estudo de Riaño, Boutaybi, Barchiche e Treyer, que aponta que, por terem um conhecimento claro do contexto específico em cada região ou país onde atuam, além de flexibilidade no design de programas de empréstimos, os bancos de desenvolvimento (BDs) se estabeleceram como uma voz essencial e complementar à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e aos investidores comerciais (Xu, Ren e Wu 2019). Os autores destacam o papel dos BDs em preencher lacunas de financiamento em setores-chave de desenvolvimento, corrigir deficiências nos mercados de capitais e promover a transformação estrutural, algo especialmente importante para países emergentes e em desenvolvimento.

Em suma, os BDs teriam potencial de fornecer novos financiamentos a taxas e condições preferenciais, já que contam com instrumentos de crédito e empréstimo concessionais e não concessionais e, também, podem fornecer recursos de cooperação técnica não reembolsável. Dado que os BDs conseguem tomar empréstimos de outras instituições financeiras ou emitir dívidas, podem emprestar a um custo relativamente baixo e, eventualmente, transferir esse custo reduzido para os tomadores finais. Por todas essas razões, Riaño, Boutaybi, Barchiche e Treyer, entendem que os bancos de desenvolvimento podem ajudar a estabelecer as bases para um modelo financeiro que favoreça um crescimento equitativo e sustentável, em linha com os ODS.

Ainda com relação ao papel dos bancos de desenvolvimento no financiamento da Agenda 2030 e, em linha com a nova maneira de se pensar em desenvolvimento, isto é, menos no sentido de mensurar produtividade econômica e, mais no que diz respeito ao bem-estar das pessoas no contexto da sustentabilidade (McMichael, 2017), os BDs podem ser agentes de mudança no processo de transição. Isso porque, são instituições com potencial de garantir que os modos de consumo e produção sejam compatíveis com o crescimento sustentável (MARODON, 2020) e que o sucesso da economia não seja medido apenas em termos de crescimento do PIB, mas também de resultados positivos para as pessoas, com maior equidade e bem-estar social (Freitas, Isabela 2021).

Finalmente, é importante esclarecer que realizar mudanças transformadoras é um desafio. Passar da intenção estratégica para a verdadeira apropriação exige um compromisso de alto nível, além de profundas reestruturações de governança e, provavelmente, do modelo de negócios. Dito isso, ao tornar a sustentabilidade uma parte integral de seu DNA, os BDs podem criar oportunidades econômicas, sociais e ambientalmente sustentáveis que são agora mais urgentes do que nunca (Riaño, Boutaybi, Barchiche e Treyer, 2022). Sabendo disso, a fim de

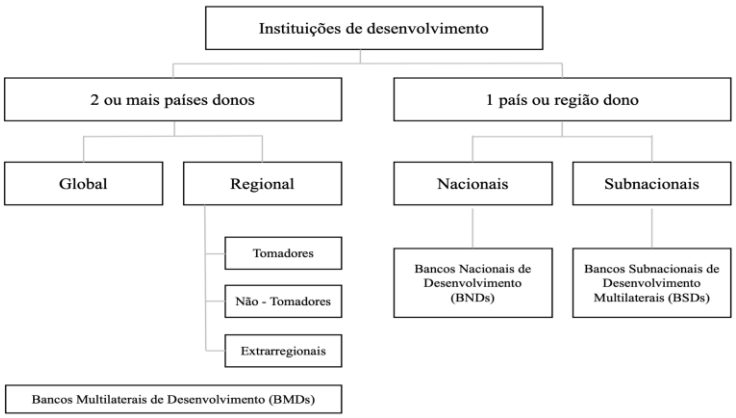
entender exatamente os meios e avaliar a atuação dos BDs diante da Agenda 2030, resta entender melhor as possíveis estruturas desses bancos de desenvolvimento.

2.4. Bancos Públicos de Desenvolvimento

Os Bancos de Desenvolvimento são instituições financeiras com status legal independente, apoiadas, possuídas e administradas por governos centrais ou locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e abordar inconsistências no mercado. Eles podem operar em múltiplos níveis: multinacional, regionais ou globais, subnacional ou, então, em níveis nacionais, tal como se enxerga na Figura 3. Cada banco possui um mandato definido que descreve os setores, beneficiários ou atividades que a instituição deve apoiar (Luna-Martinez e Vicente 2012).

Entende-se por multinacional, bancos com atuação internacional, isto é, dois ou mais países donos. Podem ser divididas em instituições globais, com membros globais (sem distinguir entre membros regionais e não regionais), e instituições regionais, que consistem em grupos de países de uma ou mais regiões. Dentro do grupo de instituições regionais, os países podem participar como membros em até três classificações distintas: (i) Membros regionais tomadores: pertencem à região geográfica de atuação do banco e atuam aportando e emprestando recursos à instituição (ii) Membros regionais não tomadores: pertencem à região geográfica de atuação do banco, mas participam apenas como acionistas, aportando capital ao banco, e não atuam como beneficiários de empréstimos; e (iii) Membros extrarregionais, que são aqueles que não estão localizados na região geográfica de atuação do banco e não tomam empréstimos, participando apenas como acionistas (Drummond, 2020).

Figura 3 - Categorias de bancos ou instituições de desenvolvimento por propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Suchodolski, Modesto Junior, Bechelaine e Costa, Bancos de Desenvolvimento Subnacionais, por sua vez, caracterizam-se pela atuação dentro de um país, seja no nível regional, estadual/provincial ou até mesmo local. E, finalmente, os Bancos de Desenvolvimento Nacionais destacam-se pelo grande número de instituições ao redor do mundo e pelo desempenho em larga escala. Studart e Gallagher (2016), introduzem uma perspectiva de que os bancos nacionais de desenvolvimento, apesar de limitados ao nível doméstico, são atores essenciais no regime de financiamento ao desenvolvimento.

Independentemente da classificação, tamanho ou natureza, a maioria dos Bancos de Desenvolvimento Públicos está ciente não apenas da existência, mas também da urgência da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, Riaño, Boutaybi, Barchiche e Treye identificam a relevância da Agenda 2030 estar integrada à visão estratégica dos bancos, como forma de garantir que as diferentes ações, programas e iniciativas promovidas pela entidade sejam realizadas sob a ótica dos ODS.

3. Metodologia

Partindo do princípio de que os países em desenvolvimento foram grandes protagonistas das negociações que resultaram nos ODS e, também, lideram os bancos regionais de desenvolvimento, seria razoável assumir que o compromisso desses países em impulsionar o desenvolvimento sustentável se refletiria em um forte alinhamento dessas instituições com a Agenda 2030. Espera-se que esse compromisso seja evidente nos relatórios e documentos em que os bancos descrevem suas atividades e estratégias perante a sociedade (Drummond, 2022).

Em linha com o reconhecimento da relevância das estratégias de atuação dos bancos de desenvolvimento estarem considerando o plano de ação da Agenda 2030, o presente trabalho estuda se um determinado grupo de bancos de desenvolvimento regionais - inseridos dentro do contexto do Mercosul - possuem estratégias que refletem os ODS e se estão caminhando em direção ao desenvolvimento sustentável. Diante do exposto na pesquisa de Bressan e Garcia, de 2013, com relação à atuação do Mercosul como bloco, é vista uma necessidade de avaliar, também, se está existindo uma abordagem regional dos bancos de desenvolvimento para enfrentar os desafios ambientais que permeiam múltiplos países da região.

Para atingir esse objetivo, será seguida uma metodologia análoga à de Drummond, 2022. Para além de atualizar o estudo da autora, a análise será direcionada, também, ao progresso das metas no contexto do bloco econômico Mercosul. O interessante dessa abordagem, seria lidar com um desafio que a literatura expõe, isto é, tem-se desafios de desenvolvimento sustentável que cada sub-região/país enfrenta, e evidentemente não são os mesmos, por isso, é necessário tentar construir um portfólio bem orientado em relação a essas questões-chave e às trajetórias que cada país deseja seguir para alcançar a Agenda 2030 e seus ODS. Com isso em mente, é interessante identificar quais são os desafios e caminhos para enfrentá-los nos países do Mercosul. Partindo do pressuposto da existência de desafios regionais, o presente estudo analisa se há coesão e alinhamento envolvendo os países membros do bloco no que diz respeito à jornada em direção à Agenda 2030. Para viabilizar tal avaliação, foram selecionados apenas bancos de desenvolvimento que atuam em níveis regionais, conforme supracitado, isto é, aqueles que transcendem a atuação nacional.

Ainda para delimitar o escopo do estudo, foram selecionados bancos que atuam desde os auspícios da iniciativa de integração regional de infraestrutura no Mercosul (Wegner, 2024): Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF, antiga Corporação Andina de Fomento) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Além de verificar se os bancos possuem

estratégias que reflitam, em alguma medida, o plano de ação da Agenda 2030, será avaliada a correlação entre o volume anual de aprovações de projetos do banco e o seu engajamento no alcance dos ODS pela região por ele atendida e, finalmente, se está existindo uma abordagem colaborativa com múltiplos países do bloco para enfrentar tais desafios ambientais. Assim como em Drummond, 2022, o presente estudo parte da premissa que os bancos que têm maior capacidade financeira, ou seja, aqueles que aprovam maior volume de recursos em projetos e cooperações técnicas, assumem um maior compromisso no que diz respeito ao atingimento das metas estabelecidas pela agenda, dada a robustez de suas operações. A fim de avaliar a aderência das estratégias dos três organismos à Agenda 2030, serão analisados Relatórios Anuais e Relatórios de Sustentabilidade.

Os Relatórios de Sustentabilidade têm como objetivo relatar as iniciativas do banco sob a ótica da estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável. A publicação desta classe de relatório, por si só, já é um indicativo acerca da importância que o banco atribui ao tema do desenvolvimento sustentável. Os relatórios nos permitem, também, mensurar os padrões de reporte que "inspiram" o planejamento das estratégias de sustentabilidade, dado que podem, ou não, seguir os padrões de divulgação estabelecidos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) ou *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). Os Relatórios Anuais, por sua vez, apresentam um panorama das principais ações da instituição ao longo do ano, com dados sobre os projetos aprovados e executados, e demonstram como essas iniciativas contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do banco, além de fornecer informações financeiras consolidadas (Drummond, 2022). A autora ainda aponta que os dois tipos de relatórios trazem uma visão abrangente da atuação das instituições na região, e é possível deduzir que aqueles bancos que considerem os ODS na elaboração de suas estratégias farão referências à Agenda 2030 em seus relatórios. Adicionalmente, no presente trabalho, na análise do FONPLATA, será levada em conta o Plano Estratégico Institucional (PEI) do banco para o período 2022—2026, que visa atender a um conjunto de objetivos estratégicos inter-relacionados e servir de plataforma para definir as políticas a serem realizadas nesses anos.

Dado que a Agenda 2030 foi aprovada em setembro de 2015, Drummond olha para os relatórios entre 2015 e 2018. Como os relatórios anuais costumam ser publicados ao longo do segundo trimestre do ano seguinte, no presente estudo, a análise abrange o período de 2019 a 2023 dos três bancos de desenvolvimento selecionados: BID, CAF e FONPLATA.

4. Resultados

4.1. Resultados Esperados

O estudo de Drummond, de 2020, que olhou para dados de 2015 a 2018, encontrou que a CAF apresentou "forte aderência" de suas estratégias à Agenda 2030, enquanto o FONPLATA não mencionou a Agenda em seus relatórios. Dado que a intenção preliminar é olhar para um período posterior, espera-se que a CAF mencione cada vez mais os ODS e um alinhamento cada vez mais aderente à Agenda 2030. Com relação ao FONPLATA, existe uma expectativa de que, após esse tempo e por ter sido um período com inúmeras urgências climáticas, ambientais e sociais - inclusive a pandemia do COVID-19 - os relatórios passem a ter ao menos menções à Agenda 2030. Com relação ao BID, apesar de não ter sido contemplado no estudo de Drummond, espera-se que haja dados que reflitam o posicionamento público de que buscam ajudar os países da América Latina e Caribe a alcançar os ODS.

Drummond também encontra que o volume de aprovações anuais dos bancos regionais de desenvolvimento não tem relação com o engajamento de cada um deles em relação à Agenda 2030 e, nesse sentido, não se espera encontrar resultados muito diferentes dos da autora, mesmo com um estudo mais recente e contemplando outro banco. Por fim, o presente trabalho busca encontrar práticas que viabilizam um enfrentamento holístico dos problemas de desenvolvimento sustentável na região do Mercosul.

4.2. Análise dos bancos de desenvolvimento

4.2.1. Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)

O FONPLATA, criado durante a IV Reunião de Chanceleres em Assunção, em 6 de junho de 1974, é formado por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. O banco estabelece como sua principal missão apoiar a integração dos países-membros para consolidar um desenvolvimento harmônico e inclusivo, mediante operações de crédito e, também, recursos não reembolsáveis do setor público. Como um banco de desenvolvimento formado por múltiplos países do Mercosul, não é de se surpreender que, desde o final de 2019, o Banco seja responsável pela administração fiduciária do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Desde 2020, financia operações para o setor público sem exigência de garantia soberana, o que abriu caminho para projetos similares nos países

membros. O Banco possui linhas de crédito para reativação econômica e financiamento verde. Em 2022, o FONPLATA se tornou um dos bancos múltiplos pioneiros na América Latina ao ter um Quadro de Dívida Sustentável alinhado com a Associação Internacional de Mercados de Capital (ICMA), evidenciando compromisso ambiental com a Agenda 2030 e com o Acordo de Paris. O FONPLATA obteve a certificação EDGE Assess em 2024, reconhecendo seu compromisso com a igualdade de gênero e um ambiente de trabalho inclusivo. A seguir, serão analisados os relatórios publicados anualmente e o Plano Estratégico Institucional (PEI), documento através do qual o FONPLATA define políticas e atividades a serem desenvolvidas no período 2022-2026.

Ao contrário dos resultados encontrados por Drummond, no presente estudo, para o período analisado, foram encontradas menções explicitas à Agenda 2030 e aos ODS a partir do Relatório de 2020 (FONPLATA, 2020, 2021, 2022, 2023). Não é coincidência que se observa um ponto de inflexão justamente em 2020, ano marcado pelo início de uma das maiores crises da humanidade. Afinal, os efeitos negativos da pandemia sobre indicadores econômicos e nas condições de vida da população, foram significativos e observáveis em todo o mundo. A drástica redução das atividades urbanas, especificamente comércio e serviços, afetaram diretamente a população em todos os países do Mercosul. Tomemos a Argentina como exemplo: No segundo trimestre de 2020, segundo o ISM-UNFPA, 2021, a taxa de atividade do país foi de 38,4%, a taxa de emprego foi de 33,4%, indicando 9,2% por abaixo do mesmo trimestre de 2019 (42,6%). Para além dos efeitos individuais nos países do bloco, a crise sanitária do COVID-19 impactou profundamente as relações comerciais dentro do bloco. Segundo o estudo de Friggeri, Morais, Cazalbón e Oliveira, em 2020, o volume de exportações de bens intrabloco diminuiu 12% em relação a 2019. O mesmo aconteceu para importações de bens, que também diminuíram 12%. O impacto no comércio intrabloco de serviços foi ainda mais significativo, no caso das exportações, em 2020 estas diminuíram 23% face a 2019, enquanto as importações de serviços intrabloco diminuíram em 32%. É necessário reforçar, no entanto, que esta queda no comércio intrabloco já era observada antes da pandemia, por um conjunto de fatores, com ênfase no fortalecimento dos países asiáticos como exportadores e na queda da demanda por *commodities*, dado que a produção agrícola é a base das exportações do Mercosul. Fato é, no período, surgiu um desafio para todos os países da região, mas será que vimos esforços regionais para enfrentá-lo?

De forma tímida, o FONPLATA em 2020 passa a demonstrar maior preocupação com o Mercosul e com as pautas da Agenda 2030. Ainda em 2020, se comprometem com a criação do Conselho Econômico e Social Argentino para ajudar a promover ao desenvolvimento

sustentável e os ODS 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) nos campos público e privado e, a partir de 24 de julho de 2020, o Banco assumiu a função de agente fiduciário do FOCEM, constituindo, o que seria, eventualmente, uma primeira demonstração (com relação ao período analisado) da credibilidade e prestígio que o Banco desfruta em nível regional.

Em 2021, por sua vez, já se percebe um evidente avanço no que diz respeito à aderência à Agenda 2030. No Relatório Anual, foi feito um trabalho de identificar em qual dos ODS se encaixa cada uma das operações do banco. O resultado foi interessante: só no Uruguai, a carteira ativa de empréstimos totalizou US$ 300 milhões no ano, direcionados especialmente para causas identificadas como associadas aos ODS 1, 6, 8, 9, 10 e 11. Em 2021, o FONPLATA participou das reuniões ordinárias do Conselho de Mercado Comum do Mercosul e do lançamento da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento para alinhar os Bancos de Desenvolvimento com a Agenda 2030 e seus ODS e o Acordo de Paris. No mesmo ano, com a entrada da Bolívia como membro pleno do bloco, em meio a um contexto global de incertezas, foi reforçada a necessidade de fortalecer e revitalizar o bloco, para o qual a disponibilidade de uma instituição financeira própria, sólida e confiável foi associada a uma ferramenta crítica e estratégica para a promoção de políticas de integração e desenvolvimento regional.

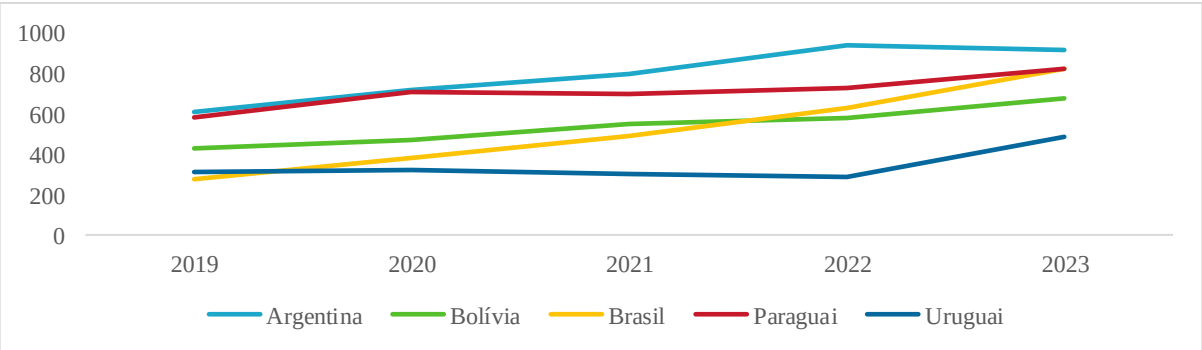
Em 2022, no entanto, parece que o banco deu um passo atrás com relação à urgência do tema, a medida em que a única menção explícita à Agenda 2030 foi com relação à participação no fórum Anual da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento na América Latina e o Caribe, cuja pauta principal foi o alinhamento dos Bancos Públicos para o Desenvolvimento no âmbito da Agenda 2030 da ONU. Os ODS, por sua vez, não foram mencionados no Relatório Anual do mesmo ano. Em 2022 o FONPLATA entende que as economias da Bacia do Prata superaram os níveis de PIB anteriores à pandemia, mas, ainda assim, estabelecem como dois os seus principais desafios: I) uso da política fiscal para sustentar a recuperação econômica, que é limitado pelos desafios internos e fatores políticos de cada país, principalmente no eixo de contenção dos gastos públicos. Dentre os desafios mencionados, destacam-se os processos eleitorais em curso na Argentina e no Paraguai, que evidentemente poderiam afetar o cumprimento das metas fiscais; II) As pressões inflacionárias, que requerem a aplicação de políticas monetárias contracionistas, em um contexto de diminuição da demanda interna e em que a previsão era de que os preços internacionais dos principais produtos de exportação dos países da sub-região ficariam, ao menos em 2023, abaixo dos níveis da primeira etapa do período pós-pandemia.

Em 2023, voltamos a ter menções aos ODS, dado que foi implementada uma metodologia de vinculação aos ODS de acordo com as necessidades de gestão e informação

exigidas pelo Quadro de Dívida Sustentável (QDS) que permite ao Banco distinguir, para cada projeto, sua contribuição tanto para os ODS primários quanto para os secundários, aumentando a capacidade de demonstrar que as atividades propostas em um projeto específico produzem resultados ou impactos que, de uma forma ou de outra, contribuem para um ou mais ODS. Ainda em 2023, reforçam no Relatório Anual que são um banco de desenvolvimento voltado ao Mercosul, determinados em fortalecer sua capacidade de apoiar os esforços dos cinco países membros para melhorar a qualidade de vida de suas populações. No panorama regional, apontam que os países que compõem a sub-região do FONPLATA continuaram, em 2023, a trajetória de baixo crescimento, com divergências crescentes entre eles. Os níveis de investimento público e privado foram baixos em todos os países, em grande parte afetados pelas altas taxas de juros e as perspectivas de curto e médio prazos para a sub-região são heterogêneas.

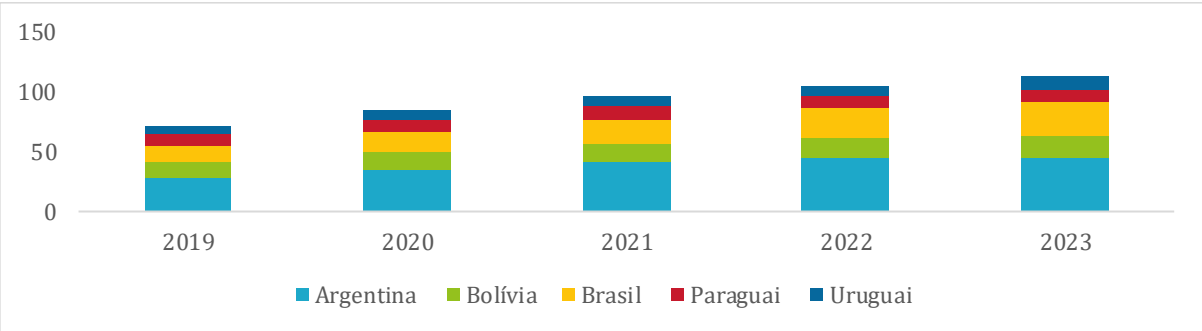
Em termos da evolução da carteira do banco, quando se diz respeito à atuação por país, há dados nos relatórios anuais que nos permitem analisar tanto o volume da carteira em execução, quanto o número de projetos e de operações que esse volume é distribuído, tal como se vê nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Carteira ativa de projetos (milhões USD) por país membro



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 2 - Número de projetos por ano em cada um dos países membro



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme se vê acima, tanto pelo volume ativo em cada carteira, quanto pelo número de projetos anual, é nítido que o FONPLATA está aumentando progressivamente a sua atuação nos países membros do Mercosul. No ano de 2023, foi registrado um aumento especialmente significativo no que diz respeito aos novos investimentos, em torno de 567 milhões de dólares, incluindo 8 novas operações. Em 2023 foram aprovados 4 financiamentos sob a Linha Verde, no valor de USD 58,4 milhões, a favor de governos estaduais do Brasil, indo em linha com o compromisso com a adaptação à mudança do clima e com o uso sustentável dos recursos naturais. O crescimento do volume de empréstimos aprovados é um dos indicadores utilizados pelo Banco para medir a contribuição ao desenvolvimento e integração regional e global dos países membros. O aumento da carteira de crédito, por sua vez, está alinhado com a retomada dos patamares pré-pandemicos de desembolsos de empréstimos com garantia soberana para países da América Latina e Caribe por BMDs. Segundo o Relatório Anual de 2023 a emissão de títulos soberanos nos mercados internacionais pelos países da região se recuperou, atingindo USD 41,482 bilhões (contra USD 26,414 bilhões no ano anterior).

Em consonância com tais fatos, é válido ressaltar que o patrimônio do FONPLATA cresce por meio de duas frentes: a integralização de capital em dinheiro por seus países membros; e do excedente positivo entre as receitas e as despesas financeiras e administrativas. As receitas resultam da cobrança de juros sobre empréstimos e do rendimento de investimentos dos ativos líquidos, que compõem os ativos financeiros e as despesas referem-se ao custo de captação e juros e às taxas referentes às dívidas contratadas, que compõem o passivo financeiro, bem como as despesas necessárias ao funcionamento do Banco. O crescimento observado de forma sustentada na carteira de empréstimos aprovados, conforme supracitado, é – segundo o FONPLATA – reflexo do trabalho realizado e do compromisso de apoiar os países membros a aproximar o desenvolvimento das pessoas, realçando a relevância e o impacto do Banco como parceiro para promover e aprofundar o desenvolvimento e a integração regional.

Em suma, os relatórios anuais aqui analisados, consistentemente reforçam o compromisso com o Mercosul, destacando a parceria com o FOCEM. Para além dos relatórios anuais, o FONPLATA publica o PEI, cujo período de referência é 2022-2026, no entanto, não foi publicado nenhum Relatório de Sustentabilidade no período de análise. Na Linha de Ação proposta pelo PEI, percebe-se uma preocupação com o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável que contribua para a mitigação dos efeitos da mudança do clima e adaptação a eles, bem como projetos relativos à geração de energias renováveis, cidades sustentáveis e desenvolvimento integral, abrangendo os ODS e questões derivadas da Agenda 2030 (PEI, 2022-2026). Outrossim, o plano enfatiza o objetivo de atuar em direção a um

aprofundamento da relação com o MERCOSUL, para desempenhar papel mais relevante no financiamento de projetos que contribuam para atingir maior grau de integração econômica, comercial e logística entre os países da região.

Enquanto o FONPLATA apresenta limitações de escala no que diz respeito à carteira de ativos, é exatamente na estratégia de aproximação com os países que estabelece uma ferramenta chave para rápida capacidade de resposta e menores custos de transações. A promoção de uma agenda regional, eventualmente, poderá ser um diferencial que os permitirá atender as verdadeiras necessidades ambientais e da população que habita a região do Mercosul, aproximando os países da região dos objetivos estabelecidos até 2030.

4.2.2. Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF - Corporação Andina de Fomento)

A CAF, fundada em 1970, é um banco de desenvolvimento formado por 19 países - 17 da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal. A organização se posiciona como promotora de um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado da América Latina. Em termos de posicionamento em relação à Agenda 2030, na Reunião Ministerial do Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade Climática do G20, realizada no Rio de Janeiro, no dia 3 de outubro de 2024, a gerente de Ação Climática e Biodiversidade Positiva da CAF afirmou que o banco comprometeu US$ 1,25 bilhão em economia azul que, por sua vez, estaria associada aos recursos marinhos e US$ 15 bilhões em resiliência climática até 2030, priorizando as iniciativas regionais e voltadas para as populações em situação de maior vulnerabilidade. A gerente ainda afirmou que a CAF está avançando no seu compromisso de investir 40% de suas operações até 2026 em ações vinculadas ao meio ambiente, clima e biodiversidade. A análise a seguir será feita com base nos relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais publicados no período.

A CAF vem se consolidando como referência em sustentabilidade na América Latina, sendo reconhecida por iniciativas como o programa Pymes Verdes LAC, a iniciativa "BiodiverCidades" para promover cidades sustentáveis e o fortalecimento de bancos locais para ampliar o crédito verde. Os relatórios de sustentabilidade, atualmente, são executados nos padrões GRI, reforçando o compromisso com a transparência. No estudo de Drummond, nos quatro Relatórios Anuais da CAF analisados (CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO, 2016, 2017a, 2018, 2019a), as menções aos ODS foram bastante pontuais, mas trouxeram informações relevantes.

No relatório de 2020, por sua vez, não foi encontrada nenhuma menção explícita à Agenda 2030 e aos ODS. Outrossim, não houve menção explícita ao Mercosul como bloco. No Relatório de Sustentabilidade de 2020, o posicionamento é bastante diferente. O Presidente Executivo Renny López, deixa claro que houve uma revisão do planejamento estratégico de materialidade, ajustando os objetivos para necessidades urgentes dos países, alcançando níveis recordes de aprovações de empréstimos (CAF, Caracas, 2021). Nesse contexto, foi dada urgência em apoio aos impactos da pandemia, bem como em favor dos compromissos da região no âmbito da agenda 2030 dos ODS e do Acordo de Paris.

Em consonância com essa perspectiva, em 2021, as relações e alianças para o desenvolvimento da região são já colocados em evidência no relatório anual. A cooperação e a criação de alianças para o desenvolvimento são consideradas vitais para cumprir com as metas da Agenda 2030: pôr fim à pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade. Nesse cenário, a CAF consolidou-se como parceiro relevante para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, com projeção global e presença em espaços prioritários. Ao longo de 2021, a CAF impulsionou uma agenda de relações externas e incentivo de alianças para o desenvolvimento em torno de três eixos estratégicos: promover uma presença global do banco; estimular espaços de intercâmbio para a geração de conhecimento sobre as grandes tendências mundiais e seu impacto para a região; e apoiar a captação de recursos e geração de oportunidades de comércio e investimento. No mesmo ano, no que diz respeito à aprovação de recursos no marco dos ODS, se destacaram projetos nos objetivos de Indústria, inovação de infraestrutura com 25,1 %, Água limpa e Saneamento com 25,0% e Educação e Bem-estar com 8,6% (Relatório Anual, 2021). Em termos de projetos visando o desenvolvimento do Mercosul, ressalta-se a Aliança do Pacífico, que trouxe um avanço para a eliminação da cobrança de roaming internacional para o interior dos países do bloco, permitindo integrar um mercado único de telecomunicações. Com a visão de se tornar o banco da reativação econômica e o banco verde da América Latina e Caribe, a principal meta da CAF em 2021 foi a aprovação, pela Diretoria, de uma capitalização de USD 7 bilhões, que permitirá duplicar a carteira até 2030 e, assim, fortalecerá a robustez financeira dos países membros, para acelerar a reativação econômica, a digitalização e o crescimento verde da América Latina e Caribe. No Relatório de Sustentabilidade, destaca-se Digitalização de infraestruturas tradicionais (energia, transporte, e água, entre outras) como fator de eficiência, sustentabilidade e contribuição para as metas relacionadas com a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa para 2030.

Em 2022, a capitalização dos USD 7 bilhões, a maior na história da instituição, foi concretizada. Com a ideia de levantar a voz da região, nasceu a América Futura, uma iniciativa

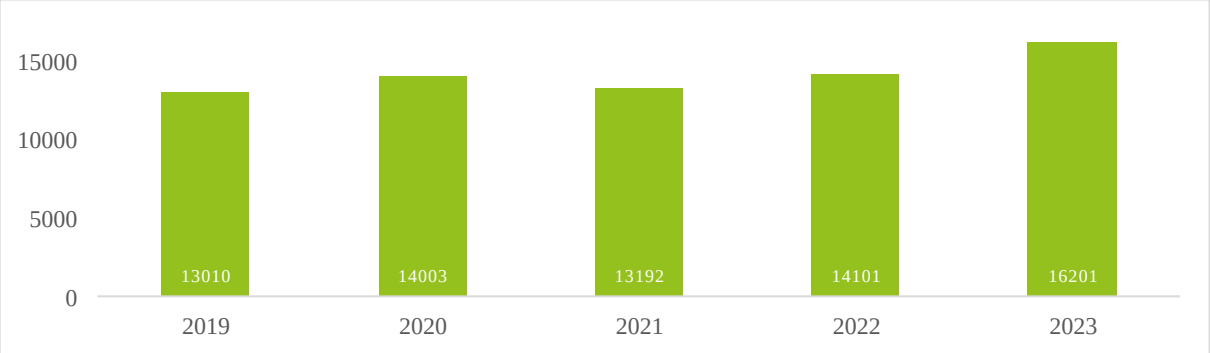
liderada pela CAF que torna visível as soluções globais originadas na região. Em apenas seis meses, o portal da web tornou-se uma referência de tópicos de desenvolvimento e registrou mais de 2,6 milhões de visualizações. A carteira da CAF no fechamento de 2022 mostra o apoio que ofereceram aos seus acionistas ao longo dos últimos anos para o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030. Ao longo de 2022, segundo o Relatório Anual, o compromisso da CAF com o impulso dos ODS viu-se refletido em operações aprovadas que contribuíram de forma direta e indireta ao cumprimento de até 16 ODS: 81% das operações contribuíram para o cumprimento das metas relacionadas com o Objetivo 17: Revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; 54% contribuíram para promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego e o trabalho decente para todos (Objetivo 8); 39% para construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização sustentável e fomentar a inovação (Objetivo 9); entre os mais relevantes. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2022, no ano, foram aprovadas sete operações de crédito no valor total de US$ 10.353 milhões, correspondentes à agenda de ação climática e biodiversidade positiva. Acerca da estratégia de captação de recursos financeiros, é usada uma combinação de recursos de médio e longo prazo, oriundos de emissões de títulos em mercados globais e locais, bem como de colocações privadas e empréstimos com entidades internacionais, que é complementado por um financiamento com recursos de curto prazo, por meio de papel comercial e depósitos (CAF, Caracas, 2023).

Em 2023, de forma inédita, foi realizada a Primeira Reunião de Ministros da Economia e Finanças da América Latina, do Caribe e da União Europeia. O resultado foi um dos grandes marcos de 2023: a subscrição de ações para a ampliação do capital da CAF pela Espanha. O compromisso da CAF com a contribuição para a Agenda 2030 manifesta-se em números: em 2023, 27% das operações aprovadas tiveram contribuição direta para a sustentabilidade ambiental e a mudança climática, enquanto 16% das operações aprovadas contribuíram para a igualdade de gênero e a diversidade. Entre os ODS com os quais o CAF contribuiu de maneira mais relevante por meio das suas operações, destacam-se: 87 operações aprovadas para o cumprimento das metas relacionadas com o Objetivo 17, de revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; 80 operações contribuíram para o Objetivo 8, de promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego e o trabalho decente para todos; e, 68 operações contribuíram para o Objetivo 9, de construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização sustentável e fomentar a inovação. A carteira, em 2023, totalizou US$ 34,196 bilhões e um total de aprovações de US$ 16,201 bilhões, o que representa um crescimento de 15,3% comparado com o aprovado em 2022 (CAF, Caracas, 2024), evidenciando, mais uma

vez, o compromisso com a sustentabilidade e o crescimento inclusivo dos seus países acionistas, conforme se vê de forma mais visual no Gráfico 3.

O Relatório de Sustentabilidade de 2023 reflete os avanços na consolidação da CAF como o banco verde da região e destaca a confiança dos países parceiros, diante da expansão da cobertura geográfica (incorporação de novos membros, como Chile, República Dominicana e Honduras) e do impacto. É feita menção, inclusive à estratégia de sustentabilidade corporativa com foco no pilar ambiental, priorizando eixos de ação que permitam uma operação interna mais verde. No que diz respeito a sustentabilidade corporativa, entende-se a responsabilidade da entidade como ser economicamente estável, mas não a qualquer custo, e sim em uma amplitude maior (internalizando externalidades negativas), com responsabilidade de gerar resultados positivos nas três dimensões: ambiental social e econômica. Os resultados do ano (CAF, Caracas, 2024) são promissores: 65% das operações aprovadas em 2023 incorporam benefícios relacionados ao clima e à biodiversidade, 23% do financiamento foi verde, e 29% das aprovações incluíram componentes de gênero, inclusão e diversidade. Isso, em um contexto em que as aprovações totais aumentaram consideravelmente com relação aos anos anteriores, tal como se vê no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Aprovações totais (em milhões de US$)



Fonte: Elaborado pelo autor

Durante 2023, a CAF continuou com seu crescimento histórico de mobilização de recursos para o setor privado, atingindo um montante de US$ 699 milhões. Esse valor incorpora, entre outras operações, três Empréstimos A/B, bem como várias operações de transferência de risco de carteira. Estas operações reforçam a posição estratégica da CAF como parceiro-chave do setor privado. O montante da carteira de empréstimos, investimentos patrimoniais, avais e garantias no fechamento de 2023 foi de US$ 34.196 milhões, conforme se vê abaixo nos dados de Carteira Consolidada por País (em milhões de US$), na Tabela 1.

Tabela 1 - Carteira Consolidada por País (em milhões de US$)

País	2019	2020	2021	2022	2023
Argentina	3.781	3.764	3.879	4.015	5.504
Barbados	75	170	173	181	175
Bolívia	2.728	2.558	2.700	3.019	2.866
Brasil	2.285	2.672	2.757	2.706	3.023
Chile	476	466	308	190	252
Colômbia	2.970	3.036	3.492	3.500	3.955
Costa Rica	72	555	539	527	492
Equador	3.728	4.123	4.202	4.233	4.247
El Salvador				75	302
México	666	1.022	960	1.072	1.104
Panamá	1.843	2.060	2.422	2.584	2.431
Paraguai	514	1.087	1.512	2.059	2.383
Peru	2.095	1.630	1.844	1.569	1.911
República Dominicana	175	145	111	413	445
Trindade e Tobago	789	1.049	1.164	1.217	1.305
Uruguai	935	925	899	969	1.331
Venezuela	3.672	3.200	2.872	2.513	2.135
Outros países*	346	217	323	299	333
Total	**27.148**	**28.680**	**30.158**	**31.140**	**34.196**

* Outros países: Inclui Espanha, Jamaica, Portugal e operações multinacionais.

Fonte: Relatório Anual CAF (2023)

Do ponto de vista de distribuição da carteira por países, segundo o Relatório Anual de 2023, a Argentina registrou a maior exposição, com 16,3%, seguida pelo Equador com 12,6%, Colômbia com 11,4%, Brasil com 8,8%, Bolívia com 8,7%, Panamá com 7,7%, Paraguai com 7,0%, Venezuela com 6,3%, Peru com 5,4%, Trinidade e Tobago com 3,9%, Uruguai com 3,9%, México com 2,9%, Costa Rica com 1,5%, República Dominicana com 1,3%, e o restante da carteira, representada por Barbados, Chile e El Salvador, com uma participação acumulada de 2,1%. Fato é, o volume atual de projetos e programas em execução, as projeções existentes de demanda, a incorporação de novos acionistas e o fortalecimento patrimonial recentemente aprovado pela Diretoria nos permitem projetar que nos próximos anos a dinâmica de crescimento será mantida. Espera-se que a CAF continuará apoiando os países acionistas em suas agendas público-privadas de desenvolvimento sustentável.

Finalmente, segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2023, no ano de 2023, houve uma atualização da estratégia institucional com perspectiva para 2026. Com vista à implantação e execução de estratégia institucional de se tornar o banco verde da América Latina, foram segmentadas ações-chave para o desenvolvimento da região em agendas que respondem à visão da corporação e aproveitam os pontos fortes da instituição: I) Agendas Missionárias, como: a transição energética justa ou a proteção de ecossistemas estratégicos, que responde à razão de

ser da nossa organização clientes externos. II) Agendas Transversais que permeiam o trabalho do banco e se concentram em fatores essenciais para consolidação como o banco verde e de crescimento sustentável e inclusivo da América Latina e do Caribe. Essas agendas aprofundam a integração regional, que é um dos pilares da missão do CAF e um eixo transversal da estratégia institucional, já que o banco vê a integração como forma de aumentar a produtividade, fortalecer um mercado regional estável e aumentar a participação nas cadeias globais de valor. III) Agendas Habilitadoras, as quais dão especial atenção ao fortalecimento das capacidades internas que habilitam a construção de valor a partir da atuação do banco para que as agendas transversais e missionárias sejam cumpridas. Alguns exemplos dessas agendas são as voltadas para a transformação digital, a transparência institucional e a cultura organizacional.

Indo além do supracitado, diante da publicação dos relatórios de sustentabilidade com relação ao período em questão, se faz possível, portanto, uma breve análise qualitativa dos relatórios, de modo a validar se a CAF segue boas práticas. Primeiramente, no que diz respeito à transparência e comparabilidade, observa-se que os relatórios seguem os padrões *Global Reporting Initiative* (GRI) e que são definidos de forma explícita os temas materiais transversais, de forma que não apenas relatam, como também é divulgado todo o progresso sobre as conquistas e a gestão dos temas materiais em função das contribuições para o desenvolvimento sustentável. Um único ponto negativo a ser pontuado seria no que diz respeito a comparabilidade, como há objetivos para 2026, para 2030 e metas, eventualmente, mais de curto prazo, é possível que o horizonte temporal gere confusão, refletindo em potencial questionamento da tangibilidade das metas. Por lidar com temas que porventura transcendem a opinião dos *stakeholders*, observa-se, também, que o relatório de 2023, por exemplo, apresenta uma metodologia para definição dos temas essenciais que segue menos a opinião dos *stakeholders* e mais as metas estabelecidas no Acordo de Paris ou pela própria ONU. Por fim, é possível notar que os relatórios de sustentabilidade apresentam objetivamente os indicadores operacionais e de resultado, que por sua vez são bem definidos por meio de figuras, textos e tabelas, ajudando na clareza e entendimento do leitor, que é capaz de entender a visão do banco para o futuro e a visão de curto, médio e longo prazo.

4.2.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O BID opera desde 1959, e conta com atuação em 26 países mutuários e 48 países membros. O Banco identifica seu objetivo como trabalhar com seus países membros para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo na região. A estratégia institucional do

grupo está em torno da missão de ser o parceiro preferencial da América Latina e do Caribe, com o compromisso de enfrentar as vulnerabilidades da região e aproveitar seu potencial para promover progresso social e econômico e, ao mesmo tempo, combater ativamente a mudança climática. Tal estratégia define a direção do Grupo até 2030 para alcançar um novo nível de impacto e escala na região. Apesar da sede do banco ficar localizada em Washington, D.C., seus escritórios estão localizados nos 26 países da América Latina e do Caribe que atendem por meio do financiamento de programas e projetos. Os escritórios nacionais, por sua vez, desempenham um papel essencial na relação do BID com o setor público e privada e a preparação, a execução e a supervisão das operações. O BID tem como um de seus princípios, a transparência e a prestação de contas, por isso, publicam documentos de marco de impacto e infoguias que, juntamente com os relatórios anuais e relatório de sustentabilidade, foram levados em conta para a análise a seguir.

O BID tem se destacado por seu compromisso com a sustentabilidade, recebendo prêmios como o de Instituição Financeira de Desenvolvimento do Ano em ESG (2024) e o 2º lugar no Índice de Transparência da Ajuda. Foram responsáveis pela criação do IndexAmericas para classificar empresas sustentáveis na América Latina e Caribe. Suas estratégias incluem aumento de investimentos em projetos climáticos, emissão de títulos sustentáveis, realização da Semana da Sustentabilidade 2024 na Amazônia e publicação de relatórios nos padrões GRI.

No Relatório Anual de 2020, é notável que a agenda do ano girou muito em torno da mitigação do impacto da COVID-19. Além disso, apesar de não ser feita nenhuma menção direta ao Mercosul, é enfatizado que o BID é um parceiro estratégico da região que, por sua vez, engloba todos os países do bloco. No Relatório de Sustentabilidade de 2020, é mencionado que os ODS orientam o desenvolvimento da estratégia institucional, sendo que os 17 estariam sendo contemplados pela abordagem estratégica do banco. Com relação aos resultados do ano, dados do Observatório do Mercado de Trabalho COVID-19 do BID mostram que, no primeiro semestre de 2020, mais de 30 milhões de empregos foram perdidos. Outrossim, segundo Relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2020) a atividade econômica na região da América Latina e Caribe teve uma contração estimada de 8,1% em 2020, muito acima da contração global prevista de 4,4% (FMI, 2020).

No Relatório Anual de 2021, assim como no mesmo arquivo de 2020, não houve menção explícita à Agenda 2030 ou aos ODS. Apesar disso, em 2021, o BID financiou um valor recorde de US$ 4,5 bilhões em atividades relacionadas com a mudança climática, cumprindo o seu objetivo de destinar 30% dos recursos do Banco a essa questão. No Relatório Anual, é feito um destaque que é no Relatório de Sustentabilidade em que há mais informações sobre os avanços

do banco em tópicos de mudança climática e sustentabilidade. Dito isso, no Relatório de Sustentabilidade de 2021, o presidente Maurício Claver-Carone discorre sobre a transição para economias de emissões líquidas zero, que teria potencial de gerar crescimento e criar 15 milhões de novos empregos líquidos na região até 2030, em setores como produção de alimentos à base de plantas, energia renovável, construção e manufatura. Nesse cenário, o banco se compromete com alguns objetivos estratégicos para 2030, indo desde a redução em 51% das emissões de gases do efeito estufa, até um aumento de 24% das energias renováveis não convencionais na matriz energética. Entre os marcos do ano, tem-se a divulgação da Declaração Conjunta sobre Natureza, Pessoas e Planeta, feita pelos BMDs, por meio de um processo liderado pelo BID, que destaca o compromisso das instituições em integrar a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e o enfrentamento das mudanças climáticas em suas operações.

No Relatório Anual de 2022, há um ponto de inflexão no que se diz respeito às menções explícitas ao Mercosul. Isso porque, o setor de integração e comércio priorizou o reforço de cadeias de valor regionais, comércio digital, apoio a Pequenas e Médias Empresas (PMEs) regionais e empoderamento de mulheres empreendedoras. A Unidade de Integração Regional consolidou no ano de 2022 sua posição como guichê único para o diálogo do BID com as iniciativas de integração subregional. No ano, segundo o Relatório de Sustentabilidade, foi alcançado um volume recorde de financiamento climático de US$ 5,9 bilhões (43%) e foi possível implementar a metodologia de rastreamento de financiamento verde e climático.

Finalmente, em 2023, no Relatório de Sustentabilidade é feito um destaque que, frente à brecha no financiamento disponível para alcançar os ODS com a mobilização do setor privado, os BMDs, incluindo o BID, aumentaram as inversões do setor privado e sobre a base desta abordagem harmonizada, em 2023, o BID mobilizou uma quantia de US$ 3.500 milhões em cofinanciamento privado para o clima. Outrossim, no ano de 2023, a Oficina de Alianças Estratégicas direcionou esforços visando a colaboração com doadores internacionais, contando com a mobilização de recursos para a estabilidade na região. A Oficina, por sua vez, interage com governos, empresas, instituições acadêmicas e fundações, entre outras entidades, para criar e preservar alianças que possam cobrir as brechas de financiamento para o desenvolvimento e promover os ODS.

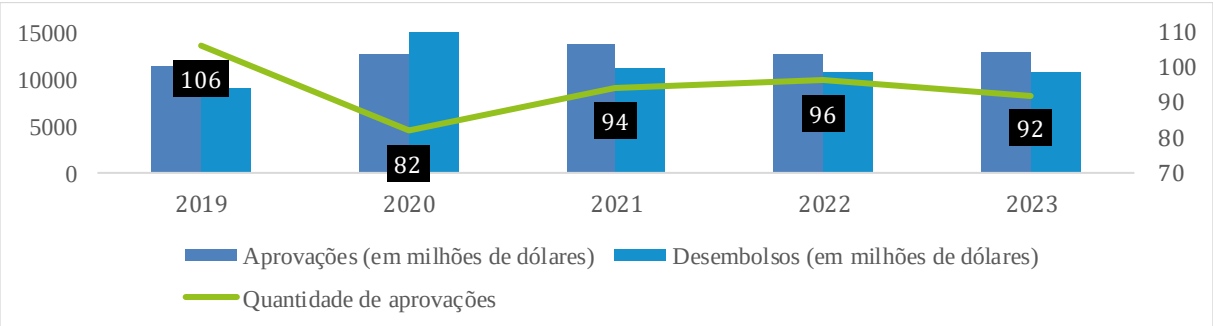
No Relatório Anual de 2023, o BID aponta que há um desafio "tríplice" enfrentado pela região. A partir disso, são definidas três prioridades estratégicas: I) Reduzir a pobreza e a desigualdade investindo em capital humano, por meio de iniciativas em educação, saúde e primeira infância II) Enfrentar a mudança climática estabelecendo o desmatamento zero na Amazônia, reduzindo as emissões, preservando a natureza e a biodiversidade e reforçando a

resiliência climática e a capacidade de adaptação dos países, inclusive na gestão de riscos de desastre III) Apoiar o crescimento sustentável aumentando o PIB real per capita por meio de infraestrutura inclusiva, inovação liderada pelo setor privado e iniciativas de integração.

Segundo o Relatório Anual de 2023, o Grupo do BID (BID, BID Invest e BID Lab) fechou o ano com quase US$ 24,3 bilhões em apoio de financiamento para a região, inclusive mobilizações, consolidando sua posição como parceiro preferencial. O atual presidente Ilan Goldfajn ainda aponta que o grupo não mede o êxito pelos valores dos empréstimos ou pela quantidade de projetos aprovados, mas segundo impacto concreto, e em grande escala, que exercem em países e vidas — e, por extensão, no mundo. Em consonância com tal perspectiva, existe atenção crescente na qualidade da elaboração dos projetos, focando em impacto e monitorando resultados para além dos números que, por si só, já impressionam. Através dos relatórios, é nítido que a preocupação com a integração regional já é parte do DNA do BID, já que estão envolvidos em iniciativas regionais importantes, por exemplo, em 2023, foi anunciado o apoio a um programa de integração regional na América do Sul para melhorar e ampliar as rotas de ligação entre Brasil e países vizinhos.

Apesar da preocupação com impacto, em termos quantitativos, a evolução ao longo dos últimos anos é notável: segundo o Relatório Anual de 2023, o valor médio das aprovações anuais nos últimos cinco anos foi de US$ 12,6 bilhões, 16% acima do quinquênio anterior. O aumento deveu-se a operações de reforma de política, cujo valor médio subiu 47% em comparação com o quinquênio anterior. Houve um aumento de 22% nas aprovações de projetos de investimento em relação a 2022, representando 62% do total de aprovações em 2023.

Gráfico 4 - Evolução de aprovações e desembolsos (em milhões de US$)



Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda assim, conforme se vê no gráfico acima, apesar de serem valores altos sendo desembolsados e aprovados, não se enxerga um aumento tão significativo desde 2021.

Conforme supracitado, o BID não se preocupa apenas com o volume aprovado, mas têm olhado especialmente para a qualidade e para o direcionamento dos recursos. Em linha com tal posicionamento, é evidente, também, a redução – ainda que não seja algo linear – da quantidade de projetos aprovados de 2019 (106) até 2023 (92). Em 2020, os dados financeiros chamam atenção e, no Relatório Anual de 2020, é destacado que o aumento visto nas aprovações e desembolsos no ano é resultado, em grande medida, da demanda por recursos adicionais para enfrentar a pandemia, sendo que, em relação ao ano anterior, os desembolsos para projetos de investimento aumentaram 69%. Segundo o Relatório Anual de 2023, no período de 2020 a 2022, os desembolsos concentraram-se em empréstimos de desembolso acelerado. Em 2023, predominaram os desembolsos de projetos de investimento que chegaram a US$ 6,0 bilhões, representando um aumento de 19% em relação a 2022 e 56% do valor total. Os desembolsos de projetos de reforma de políticas diminuíram em 4%, baixando para US$ 4,7 bilhões em 2023.

Mesmo com a visão de impacto, o valor da carteira do Banco aumentou 6% nos últimos cinco anos em relação ao quinquênio anterior e, tendo em vista tal expansão, a administração do BID intensificou o seu enfoque na identificação e gestão de operações com desempenho inferior e risco elevado de não cumprir os seus objetivos de desenvolvimento. O apoio às unidades de execução continuou a reforçar as atividades relacionadas com gestão fiduciária e projeção de desembolsos. Com respeito à escala, o BID se posiciona muito bem frente aos seus pares em termos de inovação financeira, visando o ampliamento da capacidade de empréstimo.

Segundo a declaração do presidente Ilan Goldfajn no Relatório Anual de 2023, em decorrência de medidas de otimização de balanço patrimonial adotadas desde 2015, o BID está avançado na implementação das recomendações do G20 para marcos de adequação de capital, e um exemplo são os acordos de troca de exposição, ferramenta valiosa para a gestão de risco de exposição e atualmente oferecem US$ 7,4 bilhões em proteção. A Estratégia Institucional do banco e as reformas propostas dão ênfase a produção de impacto em grande escala. Ainda, reforçam que escala sem impacto significativo não é produtivo, e impacto sem escala produziria resultados insuficientes para os desafios atuais, e tal mentalidade se reflete nos dados supracitados do banco ao longo dos últimos anos. O caminho, que já está sendo traçado, é buscar resultados impactantes em grande escala, priorizando, sempre que possível, a integração regional.

Por fim, diante da publicação dos relatórios de sustentabilidade no período em questão, se faz necessária a análise qualitativa dos mesmos, de modo a validar se o BID segue o que seriam consideradas boas práticas. Primeiramente, no que diz respeito à transparência e comparabilidade, observa-se que os relatórios seguem os padrões GRI e Task Force on Climate-

related Financial Disclosures (TCFD). Em termos de transparência, vale notar que buscam uma avaliação de dupla materialidade como maneira de avaliar o impacto dos fatores ambientais, sociais e de governança sobre o seu desempenho financeiro e, inversamente, o impacto do desempenho financeiro sobre tais fatores, considerando tanto como esses fatores afetam a empresa internamente (do ponto de vista financeiro) e externamente (por meio de seu impacto na sociedade e no meio ambiente). No relatório de 2023, para identificar as principais áreas de impacto, o BID contratou uma organização de serviços profissionais para conduzir uma avaliação de materialidade. O processo seguiu uma abordagem sistemática para identificar e priorizar temas, com base nos princípios de materialidade, inclusão das partes interessadas, contexto de sustentabilidade e completude dos Padrões GRI, evidenciando uma preocupação com o engajamento de stakeholders a medida em que terceirizam a identificação e priorização de temas. É evidente, também, que os relatórios apresentam objetivamente os indicadores operacionais, de resultado bem como estratégias e as metas nos temas materiais, com destaque nas figuras, tabelas, esquemas e textos realçados. Por fim, conforme supracitado, as análises qualitativas e de impacto buscam consistentemente o alinhamento com os indicadores quantitativos disponíveis, inclusive, de forma crítica, de tal forma que o qualitativo pode vir a ser priorizado. Os relatórios evidenciam uma visão e metas claras para o futuro.

5. Conclusões

Partindo de um contexto em que os limites planetários estão sendo desafiados, no presente trabalho, foram analisados bancos de desenvolvimento regionais, isto é, aqueles com atuação internacional, a fim de entender se possuem estratégias que reflitam, em maior ou menor grau, um plano de ação em direção aos objetivos da Agenda 2030. Para tal, análise, houve um olhar tanto quantitativo, passando pela correlação entre o volume anual de aprovações de projetos do banco e o seu engajamento no alcance dos ODS pela região por ele atendida quanto qualitativo, especialmente no que diz respeito à priorização em geração de impacto dos projetos. Finalmente, foi analisado se há um posicionamento das lideranças do banco, ou projetos dos bancos, envolvendo uma abordagem colaborativa entre os países do Mercosul para enfrentar os desafios, principalmente ambientais, na região.

Dos bancos analisados, a começar pela CAF, viu-se um reflexo bastante expressivo da Agenda 2030 em suas estratégias. Em paralelo, os arquivos evidenciam aderência das iniciativas dos organismos aos ODS e uma carteira crescente em termos de aprovações (ainda que não seja um crescimento linear, especialmente por conta dos efeitos da pandemia, conforme se vê no gráfico 3). Para além dos números, é nítida a consolidação da CAF como o banco verde, o que vai desde o aumento da cobertura geográfica e incorporação de novos membros, até mesmo ao impacto nos países da região. São evidentes, desde já, resultados que incorporam benefícios relacionados especialmente ao clima e à biodiversidade. Vale destacar que o volume de aprovações em 2023 chegou aos US$ 16,201 bilhões.

Enquanto o FONPLATA não menciona a Agenda em seus relatórios anuais entre 2015 e 2018, após a crise sanitária de 2020, as menções passam a ser mais recorrentes, ainda que não seja algo constante ao longo do período analisado. A partir de 2023, com a possibilidade de metrificar os vínculos dos projetos com os ODS primários e secundários, existe uma expectativa de que as contribuições evoluam progressivamente. Com apenas cinco países membros, a visão regional para melhorar a qualidade de vida de suas populações é intensa e, apesar de ter um volume de capital bem inferior à CAF, já que, em 2023, por exemplo, as aprovações, totalizaram USD 578 milhões, existe uma nítida evolução, tanto quanto se olha para o volume ativo enquanto pelo número de projetos em cada país. Isso reforça o compromisso do banco de – dentro das suas limitações financeiras e geográficas – fomentar o financiamento de projetos que contribuam para atingir maior grau de integração econômica, comercial e logística entre os países da região, todos membros do Mercosul. Uma possível causa para uma aderência porventura menor aos ODS quando comparado aos bancos maiores, seria a menor escala do

FONPLATA e a necessidade de lidar com desafios fiscais e monetários que acabam por engessar a atuação idealizada no plano estratégico do banco.

Partindo da questão de escala, considerando a área de atuação, o BID estaria muito mais próximo da CAF do que do Fonplata, algo que fica evidente desde o momento pré-análise, por terem em comum a divulgação de relatórios de sustentabilidade no padrão GRI para as primeiras instituições. No entanto, apesar da preocupação com os números, o que chama atenção na Estratégia Institucional do BID é ênfase a produção de impacto em grande escala, o que acaba por estabelecer a integração regional como algo prioritário e estratégico. É possível que seja exatamente a preocupação com a geração de impacto que esteja gerando resultados positivos para o BID, já quem em termos de análise de rankings e prêmios, parece estar à frente dos pares comparados no presente estudo.

Segundo o relatório anual do FONPLATA de 2021, em maio de 2020, o BID, a CAF e o FONPLATA assinaram o Memorando de Entendimento por meio do qual concordaram em trabalhar em conjunto e estabelecer a Aliança para a Integração e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT). O objetivo da Aliança é identificar, planejar e priorizar, junto com os países, projetos e iniciativas de integração, gerando conhecimento e tecnologia aplicada aos projetos, para desenvolver espaços de integração binacionais e/ou multinacionais e executar obras de infraestrutura regional com altos padrões de qualidade técnica e transparência. Com esse tipo de iniciativa, é que se percebe que, apesar dos desafios para que a região da América Latina e do Caribe alcance os ODS, os bancos de desenvolvimento entendem que apenas se trabalharem em conjunto, é que conseguirão potencializar os esforços para o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030, superando os desafios como região e como bloco.

Em consonância com tal perspectiva, já estava a Resolução 70 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de setembro de 2015, intitulada “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que deixa claro que a jornada à Agenda 2030 envolveria um esforço conjunto, o que envolve desde os governos, bem como os parlamentos, e as mais diversas instituições internacionais. O sucesso da jornada, portanto, desde o seu princípio, esteve atrelado ao que se chama de um esforço regional, sendo a agenda idealizada pela ONU como a Agenda do povo, pelo povo e para o povo. Para entender verdadeiramente o que seria, então, o “povo”, se faz possível dar um passo atrás, e recorrer a Eça de Queiroz (1845-1900:

> Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos, com divinas bondades do coração, com uma inteligência serena e lúcida, com dedicações

> profundas, cheias de amor pelo trabalho e adoração pelo bem, que sofrem, e se lamentam em vão. Estes homens são o Povo (...) é por isso que os que têm coração e alma, e amam a justiça, devem lutar e combater pelo Povo.

Com isso, não é de se surpreender que o sucesso da Agenda dependa do foco no "Povo". Para tal, é imprescindível que se estabeleça um planejamento estratégico transfronteiriço, que viabilize o caminho mapeado para o desenvolvimento sustentável. Enfrenta-se aqui uma série de desafios coletivos que exigem uma jornada conjunta, com o comprometimento de que ninguém seja deixado para trás. Lutar e combater pelo povo, aqui, é entender que o êxito do projeto só será plenamente atingido quando os objetivos e metas forem cumpridos por e para todas as nações e povos, o que envolve todos os segmentos da sociedade.

6. Referências bibliográficas

BARROS, A. C. et al. **Uma nova economia para uma nova era:** elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil. São Paulo: WRI Brasil, 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. ***Informe de Sostenibilidad**:* 2020. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0003098. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. ***Informe de Sostenibilidad**:* 2021. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0004143. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. ***Informe de Sostenibilidad**:* 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0005333. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. ***Informe de Sostenibilidad**:* 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0013246. Acesso em 28 de fevereiro de 2025.

BRESSAN, Regiane; GARCIA, Tatiana. ***Mercosur and Environment:*** *progress in promoting the Sustainable Development Goals and the 2030 Agenda*. Revista Brasileira de Política Internacional, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-732920230021. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Informe Anual**: CAF Caracas 2020. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1707. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. ***Reporte de Sostentabilidad**:* CAF Caracas 2020. Disponível em: https://www.caf.com/media/3381015/sustainability-report-2020.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Informe Anual**: CAF Caracas 2021. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1937. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. ***Reporte de Sostentabilidad**:* CAF Caracas 2021. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1931. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Informe Anual**: CAF Caracas 2022. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2036. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. ***Reporte de Sostentabilidad**:* CAF Caracas 2022. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2161. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Informe Anual**: CAF Caracas 2023. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2238. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. ***Reporte de Sostentabilidad***: CAF Caracas 2023. Disponível em: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2360. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

CHAN, Isabela; FREITAS, Marta**. O papel dos bancos de desenvolvimento na Agenda 2030:** o caso do BNDES Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. [11]-54, ed. esp., dez. 2021. Disponível em: http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/22043. Acesso em: 14 de setembro de 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**. A economia da mudança climática na América Latina e no Caribe, 2023:** necessidades de financiamento e ferramentas de política para a transição a economias de baixo carbono e resilientes ao clima, 8 de abril de 2024. Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/69128-economia-mudanca-climatica-america-latina-caribe-2023-necessidades-financiamento. Acesso em: 14 de setembro de 2024.

DRUMMOND, Silvia. **O alinhamento estratégico de bancos regionais de desenvolvimento da América Latina e Caribe à Agenda 2030**. 29 f. Trabalho de Especialização em Relações Internacionais: Repositório Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/28624. Acesso em 10 de outubro de 2024.

FUKUDA-PARR, S. **From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals:** shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. Gender & Development, Oxford, v. 24, n. 1, p. 43-52, 18 fev. 2016.

FUKUDA-PARR, S.; MCNEILL, D. **Knowledge and Politics in Setting and Measuring the SDG s:** Introduction to Special Issue. Global Policy**,** v. 10, p. 5-15, jan. 2019.

FUKUDA-PARR, S.; MUCHHALA, B. **The Southern origins of sustainable development goals:** Ideas, actors, aspirations. World Development, v. 126, p. 104706-104717, 2020.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório Anual**: 2020. Disponível em: https://www.fonplata.org/pt/institucional/relatorios-anuais. Acesso em: 13 mar. 2025.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório Anual**: 2021. Disponível em: https://www.fonplata.org/pt/institucional/relatorios-anuais. Acesso em: 13 mar. 2025.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório Anual**: 2022. Disponível em: https://www.fonplata.org/pt/institucional/relatorios-anuais. Acesso em: 13 mar. 2025.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Relatório Anual**: 2023. Disponível em: https://www.fonplata.org/pt/institucional/relatorios-anuais. Acesso em: 13 mar. 2025.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA. **Plano Estratégico Institucional** (PEI) 2022-2026. Santa Cruz de la Sierra, 2022. Disponível em: https://www.fonplata.org/pt/institucional/pei-2022-2026. Acesso em: 13 mar. 2025.

GALINDO, L. et. al. ***Procesos de adaptación al cambio climático:*** *análisis de América Latina*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b3475230-6c7a-40df-9026-27f065246116/content. Acesso em: 13 de março de 2025.

HEGE, E.; D. BARCHICHE. ***Assessment and Conditions for Success of the 2030 Agenda for Sustainable Development.*** IDDRI, Issue Brief N°15/19. 2019. Acesso em: 15 set. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUNDO. **World Economic Outlook:** A Long and Difficult Ascent. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020. Acesso em: 13 de março de 2025.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. ***Annual Report 2020****: The Year in Review*. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0003118. Acesso em: 13 de março de 2025.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. ***Annual Report 2021****: The Year in Review*. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0004187. Acesso em: 13 de março de 2025.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. ***Annual Report 2022****: The Year in Review*. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0004783. Acesso em: 13 de março de 2025.

INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. ***Annual Report 2023****: The Year in Review*. Disponível em: https://doi.org/10.18235/0005688. Acesso em: 13 de março de 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **World Employment Social Outlook 2018:** Greening with jobs. [*S. l.*], p. 1-189, 1 maio 2018. Disponível em: https://circulareconomy.europa.eu/platform/en/knowledge/world-employment-social-outlook-2018-greening-jobs . Acesso em: 6 maio 2025.

ISM-UNFPA. ***Impacto de Covid-19 en las fronteras del MERCOSUR y prospección de escenarios en materia de medios de vida para las juventudes***, 19 de novembro de 2021. Disponível em: https://lac.unfpa.org/es/publications/impacto-de-covid-19-en-las-fronteras-del-mercosur-y-prospecci%C3%B3n-de-escenarios-en-0. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

KERR-OLIVEIRA, L. et. al. **A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19:** UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA DOS IMPACTOS NO MERCOSUL E NA REGIÃO. Revista Tempo do Mundo, n. 26, p. 205-250, 5 out. 2021. Acesso em: 20 fev. 2025.

KHARAS, H.; PRIZZON, A.; ROGERSON, A**. Financing the post-2015 Sustainable Development Goals:** a rough roadmap. Overseas Development Institute, Londres, 2014. Acesso em: 13 set. 2024.

LUCIANO, B. T., R. N. BRESSAN, M. M. SALLES. ***2030 Agenda in Mercosur's internal and external agenda:*** *constraints, complementarities and challenges." In*

Transformations in international politics, conflicts, regionalism and Latin America. São Paulo: **Universidade Estadual Paulista**, 2023.

LUNA-MARTINEZ, J., C. L. VICENTE. Global Survey of Development Banks: 2012. World Bank, **Policy Research Working Paper**, 5969.

MCMICHAEL, Philip. **Development and social change**: a global perspective 2017, Capítulo 9 e 10. *SAGE, Los Angeles, 2017*. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

OECD. ***Latin American Economic Outlook 2022:*** *Towards a Green and Just Transition*, Disponível em: https://doi.org/10.1787/3d5554fc-en. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 06 de maio de 2025.

Organização Internacional do Trabalho. **Greening with Jobs:** World Employment and Social Outlook, 2018. p. 1-189, 1 jan. 2018. Disponível em: https://webapps.ilo.org/weso-greening/#Intro-1. Acesso em: 15 set. 2024.

QUEIROZ, EÇA. **O povo**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/queiroz-eca/ano/mes/90.htm. Acesso em 10 de maio de 2025.

RIAÑ0, M. A., BOUTAYBI, J., BARCHICHE, D., & TREVER, S. (2021). ***Scaling Up Public Development Banks' Transformative Alignment with the 2030 Agenda for Sustainable Development.*** *Review of Political Economy*, *34*(2), 286–317. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09538259.2021.1977544. Acesso em: 15 de setembro de 2024

SACHS, J. D. **Goal-based development and the SDGs**: Implications for developpment finance. Oxford Review of Economic Policy, v. 31, n. 3-4, p. 268-278, 2015. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

STUDART, R., and K. P. GALLAGHER. Infrastructure for Sustainable Development: The Role of National Development Banks, 2016. GEGI Policy Brief 007. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2017/07/Infrastructure.Sustainable.Final_.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

SUCHODOLSKI, S. G., MODESTO JUNIOR, A., BECHELAINE, C. H. de O., & COSTA, L. M. B. **From Global to Local:** Subnational Development Banks in the Era of Sustainable Development Goals. Review of Political Economy, 2021. 34(2), 318–339. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09538259.2021.1977545. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

WEGNER, Cristina**. Integração e desenvolvimento econômico:** estratégias de financiamento do investimento de infraestrutura sul-americana. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 27, n. 3, p. 909–938, 2018. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8657078. Acesso em: 14 set. 2024

XU J., X. REN, and X. WU. **Mapping Development Finance Institutions Worldwide:** Definitions, Rationales, and Varieties. Peking University, Institute of New Structural Economics, 2019. Disponível em: https://www.nse.pku.edu.cn/docs/20190529100907766148.pdf. Acesso em: 16 de março de 2025.

ZORZO, Felipe. et al. Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: Uma análise dos indicadores brasileiros. ***Revista Gestão e Desenvolvimento***, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25112/rgd.v19i2.3114. Acesso em: 15 de setembro de 2024.